



Enquanto Senado consolidava golpe à democracia, Câmara aprovou PLP 257/16 que prevê congelamento em investimentos públicos

Na terça-feira, 30, a Câmara dos Deputados aprovou, sem maiores debates com a sociedade, o polêmico PLP 257/16 que prevê o alongamento das dívidas dos estados com a União, mas impõe como uma de suas condicionantes o congelamento a investimentos no setor público. Enquanto isso,

os olhos de milhares de brasileiros estavam voltados para o Senado, onde senadores se revezavam em intermináveis discursos nos atos finais do golpe contra a democracia concluído com o afastamento definitivo da presidente eleita, Dilma Rousseff, nesta quarta. Após muita resistência contra esse projeto, aproveitando um

dia conturbado, a Câmara conseguiu, enfim, aprovar a matéria que ameaça serviços públicos em todas as esferas. O projeto agora segue para o Senado. A resistência para retirada das condicionantes que ameaçam servidores, serviços públicos e toda a sociedade já está nas ruas e vai continuar.

LEIA MATÉRIA COMPLETA DA CONDSEF

CLIQUE E SAIBA MAIS

- EM DIA DE LUTO, SENADO ENTERRA A DEMOCRACIA E DÁ GOLPE (CUT)
- CONHEÇA OS GOLPISTAS: UM PEQUENO HISTÓRICO DOS SENADORES QUE VOTARAM PELO GOLPE (REVISTA FÓRUM)
- A FALA DE DILMA, A VOTAÇÃO DO IMPEACHMENT E O MUNDO PARALELO DA MÍDIA (PORTAL CARTA CAPITAL)



Sem aval das urnas, Temer assume a presidência e deve promover cortes e privatizações

“Já tramita no Congresso uma proposta de emenda constitucional que congela por 20 anos o crescimento dos gastos públicos. Na prática, a medida vai reduzir, ao longo dos anos, recursos públicos para áreas como saúde, educação, meio ambiente, saneamento básico, ciência e tecnologia, entre outros. A proposta, por outro lado, não mexe no pagamento de juros da dívida pública para banqueiros e rentistas. Outros dois projetos que devem ser apresentados ainda este ano é a reforma na previdência, que poderá aumentar a idade mínima e tirar o salário mínimo como piso do INSS. A mudança na legislação trabalhista também está prevista, e pode flexibilizar direitos da CLT, como férias, 13º salário e aumento de jornada”. *LEIA MAIS.*